

Pregão Eletrônico Nº 026/2013 – Aquisição de componentes eletrônicos

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 026/2013

PREÂMBULO

1. A União, por intermédio do Laboratório Nacional de Astrofísica, Unidade de Pesquisa vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, mediante o Pregoeiro, designado pela Portaria nº 88 do dia 05/11/2013, publicada no (BCA nº 11 no dia 29/11/2013), torna público para conhecimento dos **interessados** que na data, horário e local indicados, fará realizar licitação na modalidade **Pregão Eletrônico, do tipo menor preço por lote, para a aquisição de componentes eletrônicos**, conforme as condições estabelecidas neste edital e seus anexos. O procedimento licitatório observará integralmente as disposições da **Lei nº 10.520/02**, do **Decreto nº 5.450/05**, da **Lei Complementar nº 123/06**, do **Decreto nº 6.204/07**, e, subsidiariamente, da **Lei nº 8.666/93**.

DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO:

DIA:10/12/2013

HORÁRIO: 10:00h

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.comprasnet.gov.br

SEÇÃO I - DO OBJETO

2. A presente licitação tem como objeto o registro de preços para eventual aquisição de componentes eletrônicos para montagem de placas nos telescópicos do Observatório do Pico dos Dias – OPD/LNA- Laboratório Nacional de Astrofísica, conforme especificações constantes no Termo de Referência – Anexo I
3. Em caso de divergência entre as especificações do objeto descritas no comprasnet e as especificações técnicas constantes no Termo de Referência – Anexo I, o licitante deverá obedecer a este último.

SEÇÃO II - DA DESPESA

A despesa com a aquisição do objeto é estimada em Valor estimado para aquisição dos Componentes Eletrônicos é de R\$ 23.123,93 (vinte e três mil cento e vinte e três reais e noventa e sete centavos) conforme o orçamento estimativo à conta a rubrica 339030.00, Unidade Gestora 240128; Espécie de Empenho Ordinário; Fonte 4126, Ação 2000, Plano Interno 4126000001, relativo ao exercício de 2013. disposto no Termo de Referência – Anexo I

SEÇÃO III- DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

4. A participação nesta licitação é restrita às Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparados (cooperativas enquadradas no art. 34 da Lei nº 11.488/07 e pessoa física ou empresário individual enquadrados nas situações previstas no art. 3º da Lei Complementar nº 123/06).
 - 4.1. A licitante deverá declarar em campo próprio do sistema de que cumpre os requisitos legais para a qualificação como ME/EPP ou equiparados, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 daquela Lei Complementar.
5. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, por meio do sítio www.comprasnet.gov.br.
6. Como requisito para participação neste Pregão, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que está ciente e concorda com as condições previstas neste edital e seus anexos e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos na Seção “DA HABILITAÇÃO”.

Pregão Eletrônico Nº 026/2013 – Aquisição de componentes eletrônicos

- 6.1.** A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas neste edital.
- 7.** Não poderão participar deste Pregão:
- 7.1.** Empresas cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão.
 - 7.1.1.** Excepciona-se o disposto acima, quando a sociedade apresentar autorização específica dos sócios para contratar com a Administração objeto diverso do previsto no contrato social ou estatuto, por deliberação representativa do primeiro número inteiro superior à metade do capital social ou outro quórum estabelecido no contrato social (art. 70 da Lei Complementar nº 123/06.)
 - 7.2.** Empresas ou sociedades estrangeiras que não funcionem no país;
 - 7.3.** Empresas impedidas de licitar ou contratar com a União (art. 7º da Lei nº 10.520/02 e art. 28 do Decreto nº 5.450/05) ou suspensas temporariamente de participar de licitação ou impedidas de contratar com a Administração Pública (Art. 87, III, da Lei nº 8.666/93);
 - 7.4.** Empresas proibidas de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 72, § 8º, V da Lei nº 9.605/98;
 - 7.5.** Empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;
 - 7.6.** Empresas em processo falimentar, em processo concordatário, em recuperação judicial ou extrajudicial;
 - 7.7.** Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666/93.
- 8.** Só participarão da reabertura da sessão pública, prevista na Seção “DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA”, os licitantes que informarem seus endereços eletrônicos em campo próprio disponibilizado pelo sistema, após a fase de aceitação, caracterizando renúncia a esta possibilidade a ausência de manifestação neste momento.

SEÇÃO IV – DO ENQUADRAMENTO DAS MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E EQUIPARADOS

- 9.** O enquadramento como microempresa - ME ou empresa de pequeno porte - EPP observará o disposto na Lei Complementar nº 123/06, notadamente os arts. 42 a 49.
- 9.1.** O enquadramento como microempresa - ME ou empresa de pequeno porte - EPP dar-se-á nas condições do Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar nº 123/06.
 - 9.2.** A sociedade cooperativa com receita bruta igual ou inferior a R\$ 3.600.000,00, em conformidade com as disposições do art. 34 da Lei nº 11.488/07 e do art. 3º, § 4º, VI da Lei Complementar nº 123/ receberá o mesmo tratamento concedido pela Lei Complementar nº 123/06 às ME/EPP.
 - 9.3.** A pessoa física ou o empresário individual enquadrados nos limites definidos pelo art. 3º da Lei Complementar nº 123/06 receberá o mesmo tratamento concedido pela Lei Complementar nº 123/06, às ME/EPP.
- 10.** A fruição dos benefícios licitatórios determinados pela Lei Complementar nº 123/06 independe da habilitação da ME/EPP ou equiparado para a obtenção do regime tributário simplificado.
- 11.** Como condição para participação no certame, os licitantes deverão apresentar declaração em campo próprio do sistema que cumprem os requisitos legais para a qualificação como ME/EPP ou equiparado, estando aptos a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da referida Lei Complementar (Art. 11 do Decreto nº 6.204/07).
- 11.1.** Caso inexistente campo próprio no sistema eletrônico, a declaração deverá ser enviada ao pregoeiro até a data e horário marcados para abertura da sessão.

SEÇÃO V – DA HABILITAÇÃO

Pregão Eletrônico Nº 026/2013 – Aquisição de componentes eletrônicos

- 12.** Para habilitação na licitação, exigir-se-á dos interessados documentação relativa a:
- 12.1.** Habilitação Jurídica;
 - 12.2.** Qualificação econômico-financeira;
 - 12.3.** Regularidade fiscal e trabalhista;
 - 12.4.** Qualificação técnica e
 - 12.5.** Documentação complementar.
- 13.** Documentos relativos à habilitação jurídica:
- 13.1.** Cédula de identidade, no caso de licitante pessoa física;
 - 13.2.** Registro comercial, no caso de empresa individual;
 - 13.3.** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
 - 13.4.** Decreto de autorização, no caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
 - 13.5.** Em caso de cooperativas: a) Inscrição do ato constitutivo, acompanhada de prova dos responsáveis legais; b) Registro na Organização das Cooperativas Brasileiras ou na entidade estadual, se houver; c) Ata de Fundação; d) Estatuto Social com a ata da assembleia que o aprovou; e) Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia que os aprovou; f) Editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e g) Ata da sessão em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação (art. 19, § 3º da IN SLTI/MPOG Nº 02/08).
- 14.** Documentos relativos à qualificação econômico-financeira:
- 14.1.** Certidão negativa de falência, insolvência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor judicial da sede do licitante pessoa jurídica ou empresário individual;
 - 14.2.** Certidões negativas de execução patrimonial expedidas pelos distribuidores das justiças estadual e federal do domicílio do licitante pessoa física;
 - 14.3.** Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta;
 - 14.3.1.** No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.
 - 14.4.** A comprovação exigida no item anterior deverá ser feita da seguinte forma:
 - 14.4.1.** No caso de sociedades anônimas, cópia autenticada do balanço patrimonial e demonstrações contábeis, publicados no Diário Oficial do Estado/ Distrito Federal ou, se houver, do Município da sede da empresa;
 - 14.4.2.** No caso de empresas de responsabilidade limitada, cópia autenticada das páginas do Livro Diário, contendo Termo de Abertura, Balanço Patrimonial, Demonstrações Contábeis e Termo de Encerramento, com o respectivo registro na Junta Comercial e, no caso de sociedades simples (cooperativas), no cartório competente.
- 15.** O licitante deverá apresentar os seguintes índices contábeis, extraídos do último balanço patrimonial ou do balanço patrimonial referente ao período de existência da sociedade, atestando a boa situação financeira:
- LG= Liquidez Geral – superior a 1
SG= Solvência Geral – superior a 1
LC= Liquidez Corrente – superior a 1
Sendo,
LG= (AC+RLP) / (PC+PNC)
SG= AT / (PC+PNC)

Pregão Eletrônico Nº 026/2013 – Aquisição de componentes eletrônicos

LC= AC / PC

Onde:

AC= Ativo Circulante

RLP= Realizável a Longo Prazo

PC= Passivo Circulante

PNC= Passivo não Circulante

AT= Ativo Total

- 16.** A empresa que apresentar resultado igual ou menor do que 01 (um) em quaisquer dos índices acima referidos deverá comprovar 10% (dez por cento) do valor cumulativo de todos os contratos a serem celebrados pelo licitante, como dado objetivo de qualificação econômico-financeira.
- 17.** O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por contador ou outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.
- 18.** Documentos relativos à regularidade fiscal e trabalhista:
 - 18.1.** Prova de inscrição do licitante no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
 - 18.2.** Prova de inscrição do licitante no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);
 - 18.3.** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
 - 18.4.** Prova de regularidade perante:
 - 18.4.1.** A Fazenda Federal, mediante certidão conjunta, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, quanto aos demais tributos federais e à dívida ativa da União, por elas administrados;
 - 18.4.2.** As Fazendas Estadual e Municipal, ambas do domicílio ou sede do licitante.
 - 18.5.** Certidão específica, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, quanto às contribuições sociais previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212/91, às contribuições instituídas a título de substituição e às contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive inscritas em dívida ativa do Instituto Nacional do Seguro Social e da União, por ela administradas;
 - 18.6.** Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) por meio de apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal.
 - 18.6.1.** Caso o licitante pessoa física não seja empregador, deverá, em substituição ao CRF, declarar tal fato.
 - 18.7.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa de débitos trabalhistas.
- 19.** Quando o contrato for executado por filial da empresa, o licitante deverá comprovar a regularidade fiscal e trabalhista da matriz e da filial.
- 20.** As certidões de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista dos licitantes deverão ser apresentadas dentro do prazo de validade estabelecido em lei ou pelo órgão expedidor, ou, na hipótese de ausência de prazo estabelecido, deverão estar datadas dos últimos 180 dias contados da data da abertura da sessão pública.
- 21.** Os licitantes deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição (art. 43 da LC nº 123/06).
 - 21.1.** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 02 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa (art. 43, §1º, da LC nº 123/06);

Pregão Eletrônico Nº 026/2013 – Aquisição de componentes eletrônicos

- 21.2.** A declaração do vencedor do certame acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação, aguardando-se os prazos de regularização fiscal para a abertura da fase recursal (art. 4º, § 2º, do Decreto 6.204/07);
- 21.3.** A não-regularização da documentação, no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, nos termos da Seção “DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA”, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.
- 22.** Qualificação técnica:
- 22.1.** Comprovação de aptidão para fornecimento de bens em características, quantidades e prazos similares ao objeto deste Pregão, que se fará através de apresentação de atestado em nome do licitante, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado.
- 23.** Documentação complementar:
- 24.** O licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico:
- 24.1.** que cumpre todos os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências deste Edital;
- 24.2.** que não utiliza mão-de-obra direta ou indireta de menores, conforme Lei nº 9.854/99;
- 24.3.** que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02/09;
- 24.4.** o enquadramento como microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparado, nos termos da Lei Complementar nº 123/06.
- 25.** A pessoa que assinar os documentos exigidos na documentação complementar prevista neste item deverá comprovar que detém poderes para agir em nome do licitante.
- 26.** Ao licitante regularmente inscrito no SICAF será dispensada a apresentação dos documentos de habilitação referentes aos níveis de cadastro em que tenha obtido o registro regular.
- 27.** Não serão aceitos documentos rasurados ou ilegíveis.
- 28.** Para fins de habilitação, serão aceitas certidões expedidas pelos órgãos da administração fiscal, tributária e trabalhista emitidas pela internet, nos termos do art. 35 da Lei nº 10.522/02.
- 29.** Sob pena de inabilitação, todos os documentos deverão ser apresentados:
- 29.1.** Na forma prevista em lei, e quando não houver regulamentação específica, deverão sempre ser apresentados em nome do licitante e com o número do CNPJ ou CPF, se pessoa física;
- 29.2.** Em nome da matriz, se o licitante for a matriz;
- 29.3.** Em nome da filial, se o licitante for a filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da matriz;
- 29.4.** Em original, em publicação da imprensa oficial ou em cópia autenticada por cartório ou por servidor qualificado do Laboratório Nacional de Astrofísica.
- 30.** Constatado o atendimento às exigências previstas neste Edital, o licitante será declarado habilitado.

SEÇÃO VI- DO CREDENCIAMENTO

- 31.** O licitante deverá estar previamente credenciado no sistema “Pregão Eletrônico”, no sítio www.comprasnet.gov.br.
- 32.** O credenciamento far-se-á mediante a atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível, obtidas junto ao provedor do sistema, onde também deverá informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.
- 33.** O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante e a presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao Pregão na forma eletrônica.
- 34.** O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de responsabilidade exclusiva do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou

Pregão Eletrônico Nº 026/2013 – Aquisição de componentes eletrônicos

ao Laboratório Nacional de Astrofísica-LNA responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

35. A chave de identificação e a senha poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando cancelada por solicitação do credenciado ou em virtude de descredenciamento no SICAF.
36. A perda ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

SEÇÃO VII – DA IMPUGNAÇÃO E PEDIDO DE INFORMAÇÕES SOBRE O EDITAL

37. Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar, por meio do sistema, o ato convocatório do pregão.
 - 37.1. Caberá ao pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas.
 - 37.2. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para realização do certame.
38. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no edital.
39. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
40. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo pregoeiro serão autuados no processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

SEÇÃO VIII – DA PROPOSTA

41. O licitante deverá encaminhar a proposta por meio do sistema eletrônico até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.
 - 41.1. O licitante deverá, na forma expressa no sistema eletrônico, apresentar a proposta de preços de forma detalhada, descrevendo o produto ofertado, indicando a marca, modelo, quantidade, prazos de validade, de garantia e de entrega, no que for aplicável, bem como os valores unitários e totais, sob pena de desclassificação de sua proposta.
 - 41.2. É facultado ao licitante cotar todos, alguns, ou somente um dos itens definidos no Anexo I deste Edital.
 - 41.3. As propostas terão validade de 60 (sessenta dias) contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital.
 - 46.1 Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.
42. Qualquer elemento que possa identificar o licitante importa a desclassificação da proposta.
43. Até a abertura da sessão, o licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada.
44. Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

Pregão Eletrônico Nº 026/2013 – Aquisição de componentes eletrônicos

SEÇÃO IX – DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

- 45.** A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital, no sítio www.comprasnet.gov.br.
- 46.** A comunicação entre o Pregoeiro e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens em campo próprio do sistema eletrônico.

SEÇÃO X– DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

- 46.1.** A sessão pública poderá ser reaberta:

49.1.1 Quando o licitante detentor do lance mais vantajoso for inabilitado, tiver sua amostra rejeitada, não assinar o contrato ou não retirar o instrumento equivalente, ou, ainda, quando houver erro na aceitação do preço; e

49.1.2 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública.

- 47.** Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

47.1. O licitante subsequente, sendo respeitada a ordem de classificação, será convocado tendo por base o próprio preço que ofereceu na sessão de lances;

47.2. Declarado o vencedor, o procedimento deverá ser registrado em ata e abrir-se-á novo prazo recursal, nos termos da Seção “DOS RECURSOS”, prosseguindo-se, normalmente, com as demais fases previstas neste Edital.

- 48.** A convocação poderá ser por meio do “chat”, e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

- 49** A convocação feita por e-mail ou fac-símile dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo da responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

SEÇÃO XI – DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 49.** Aberta a sessão, o pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

- 50.** A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

- 51.** O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lance.

- 50** Caso não haja um mínimo de três propostas válidas para o objeto licitado, a presente licitação será anulada com fundamento no art. 49, II da Lei Complementar Nº 123/2006, c/c 9º, I do Decreto 6.204/2007, para realização de certame aberto à ampla participação.

SEÇÃO XII - DA FORMULAÇÃO DE LANCES

- 52.** Aberta a etapa competitiva, os licitantes com propostas classificadas poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do recebimento e respectivo horário de registro e valor.

52.1. Cada um dos itens do presente Pregão será objeto de lances em separado.

- 53.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, não sendo aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema.

- 54.** O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado no sistema.

Pregão Eletrônico Nº 026/2013 – Aquisição de componentes eletrônicos

- 55.** Durante o transcurso da sessão, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do ofertante.
- 56.** Os lances apresentados serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.
- 57.** O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 58.** O pregoeiro poderá suspender a sessão de lances caso seja imprescindível a realização de eventual diligência
- 58.1.** Realizada a diligência, o pregoeiro notificará os licitantes sobre a data, horário e local onde será dado prosseguimento à sessão pública.

SEÇÃO XIII – DA DESCONEXÃO DO PREGOEIRO

- 59.** Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 60.** No caso da desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes no sítio www.comprasnet.gov.br.

SEÇÃO XIV – DAS REGRAS GERAIS DE DESEMPATE

- 64.** Se, após a fase de lances, restarem duas ou mais propostas em igualdade de condições, como critério de desempate, será assegurada preferência:
- 64.1.** ao bem com tecnologia desenvolvida no País e produzido de acordo com processo produtivo básico - PPB;
- 64.2.** ao bem com tecnologia desenvolvida no País;
- 64.3** ao bem produzido de acordo com processo produtivo básico.
- 65.** Se, após a adoção destes critérios de desempate, ainda restarem duas ou mais propostas em igualdade de condições, como critério de desempate, será assegurada preferência:
- 65.1** Sucessivamente, aos bens:
- 65.1.1.** Produzidos no País;
- 65.1.2.** Produzidos ou prestados por empresas brasileiras;
- 65.1.3.** Produzidos ou prestados por sociedades empresariais que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.
- 65.2** Ao licitante pessoa física, que tenha exercido o múnus público de jurado, na condição do art. 439 do Código de Processo Penal.
- 65.3** Na ausência das hipóteses de preferência acima enumeradas ou no caso de concurso
- entre as hipóteses previstas nos itens 65.1.1 e 65.1.2, a classificação far-se-á, obrigatoriamente, por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

SEÇÃO XV - DA NEGOCIAÇÃO

Pregão Eletrônico Nº 026/2013 – Aquisição de componentes eletrônicos

61. Após o encerramento da etapa de lances, o Pregoeiro poderá encaminhar contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação, não se admitindo negociar condições diferentes das previstas neste Edital.
62. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
63. Encerrada a negociação, caso o preço da melhor proposta seja superior a R\$ 23.201,77 (vinte e três mil, duzentos e um reais e setenta e sete centavos (**Valor máximo**), a presente licitação será anulada com fundamento no art. 49, III da Lei Complementar Nº 123/2006 c/c 9º, II e Parágrafo único do Decreto 6.204/2007, para realização de certame aberto à ampla participação.

SEÇÃO XVI - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

64. Encerrada a etapa de lances e depois de concluída a negociação e verificação de possível empate, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto às especificações do produto e compatibilidade do preço em relação ao valor estimado para a contratação.

67.1 O critério de julgamento será o **MENOR PREÇO POR LOTE**.

65. O licitante detentor do menor preço deverá imediatamente encaminhar a planilha de custo e formação de preços, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor, por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico.
66. Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.
67. Será desclassificada a proposta final que:
 - 67.1. Contenha vícios ou ilegalidades;
 - 67.2. Não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Edital ou Termo de Referência;
 - 67.3. Apresentar preços finais superiores ao valor máximo estabelecido neste Edital;
 - 67.4. Apresentar preços que sejam manifestamente inexequíveis;
68. Consideram-se preços manifestamente inexequíveis aqueles que, comprovadamente, forem insuficientes para a cobertura dos custos decorrentes da contratação pretendida.
 - 68.1. Não se considera inexequível a proposta quando se referir a bens e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração.
69. O Pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do Laboratório Nacional de Astrofísica-LNA para orientar sua decisão. Caso o Órgão não possua, no seu quadro de pessoal, profissionais habilitados para emitirem parecer técnico, poderá ser formulado por pessoa física ou jurídica qualificada.
70. Se a proposta não for aceitável, o Pregoeiro examinará a subsequente, e assim prosseguindo até a apuração de uma proposta que atenda a este Edital.
71. No julgamento das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos os licitantes, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação (art. 26, § 3º, do Decreto nº 5.450/05).
72. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.
 - 72.1. A apresentação de novas propostas nesta fase do certame não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

SEÇÃO XVII – DA VERIFICAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

Pregão Eletrônico Nº 026/2013 – Aquisição de componentes eletrônicos

73. Havendo aceitação da proposta classificada em primeiro lugar quanto às especificações do produto e compatibilidade do preço, o pregoeiro solicitará do respectivo licitante o encaminhamento dos documentos de habilitação que não tiverem sido previamente encaminhados por meio do sistema eletrônico.
74. No julgamento da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação (art. 26, § 3º, do Decreto nº 5.450/05).
75. Se o licitante não atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro procederá na forma prevista na Seção “DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA”.
76. Quando todos os licitantes forem inabilitados, o pregoeiro poderá fixar-lhes o prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação de novos documentos, escoimados das causas referidas no ato de inabilitação.

SEÇÃO XVIII – DO ENCAMINHAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO

77. A proposta ajustada ao lance final do licitante vencedor e os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF, inclusive quando houver necessidade do envio de anexos, deverão ser enviados via fac-símile, para o número (35) 3623-1544 no prazo de 24 (vinte e quatro) horas contados da solicitação do Pregoeiro.
- 80.1 A proposta, os documentos e os anexos remetidos por fac-símile deverão ser encaminhados no prazo de 3 dias úteis contado da solicitação do Pregoeiro, à Rua Estados Unidos, nº 154 Bairro das Nações, Itajubá/MG. CEP: 37504-364, em envelope fechado com os seguintes dizeres: Laboratório Nacional de Astrofísica – LNA, pregão eletrônico XX/2013.
78. Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa, efetuada por Tradutor Juramentado.
 - 78.1. Caso os documentos sejam de procedência estrangeira deverão também ser devidamente consularizados.

SEÇÃO XIX- DOS RECURSOS

79. Declarado o vencedor, o Pregoeiro abrirá prazo, durante o qual qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.
80. Durante o prazo para manifestação da intenção de recorrer, os licitantes interessados poderão solicitar ao Pregoeiro o envio para o email: licitação@lna.br dos documentos de habilitação apresentados pelo licitante declarado vencedor do certame ou de qualquer outro documento dos autos.
81. As razões do recurso deverão ser registradas em campo próprio do sistema, no prazo de 03 (três) dias, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados a apresentar contra-razões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurado vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.
82. A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor recurso, no momento da sessão pública deste Pregão, implica decadência desse direito, ficando o Pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao licitante vencedor.
83. Durante o prazo de apresentação do recurso, será garantido o acesso do licitante aos autos do processo licitatório ou a qualquer outra informação necessária à instrução do recurso.
 - 83.1. Caso os autos do processo não estejam disponíveis para vista dos licitantes interessados, o prazo para recurso será suspenso.
84. Manifestado o interesse de recorrer, o pregoeiro poderá:
 - 84.1. Negar admissibilidade ao recurso, quando interposto sem motivação ou fora do prazo estabelecido;

Pregão Eletrônico Nº 026/2013 – Aquisição de componentes eletrônicos

- 84.2.** Motivadamente, reconsiderar a decisão;
- 84.3.** Manter a decisão, encaminhando o recurso para autoridade julgadora.

85. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

SEÇÃO XX – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 86.** Não havendo recurso, o pregoeiro adjudicará o objeto ao licitante vencedor e encaminhará o procedimento à autoridade superior para homologação.
- 87.** Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório e adjudicará o objeto ao licitante vencedor.
 - 87.1.** A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

SEÇÃO XXI - DO INSTRUMENTO DO CONTRATO

- 88.** A contratação com o fornecedor registrado, de acordo com a necessidade do órgão, será formalizada por intermédio de Autorização de Fornecimento.

SEÇÃO XXII – DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

- 89.** O contrato terá a vigência de 65 (sessenta e cinco dias).

SEÇÃO XXIII – DO PREÇO

- 90.** Durante a vigência de cada contrato, os preços são fixos e irrevogáveis.

SEÇÃO XXIV - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 91.** O contratado obriga -se a:
 - 91.1.** Entregar o objeto no tempo, lugar e forma estabelecidos no contrato.
 - 91.2.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

SEÇÃO XXV - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 92.** O Laboratório Nacional de Astrofísica obriga-se a:
 - 92.1.** Efetuar o pagamento no tempo, lugar e forma estabelecidos no contrato.

SEÇÃO XXVI - DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA DO OBJETO

- 93.** O prazo de entrega será de 30 (trinta) dias, contados da assinatura da Autorização de fornecimento.
- 94.** Os bens deverão ser entregues à Rua Estados Unidos, nº 154, Bairro das Nações – Itajubá/MG – CEP: 37504-364, no período das 08h30h as 11h30h ou 13h00h as 16h30h.
- 95.** O material deverá ser entregue acondicionado adequadamente e acompanhado da nota fiscal correspondente, devidamente preenchida.

Pregão Eletrônico Nº 026/2013 – Aquisição de componentes eletrônicos

SEÇÃO XXVII - DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

- 96.** O objeto será recebido provisoriamente, para posterior verificação da conformidade do material com as especificações do edital e seus anexos.
- 97.** O recebimento definitivo ocorrerá em até 5 (cinco) dias úteis após a verificação e aceitação da qualidade e quantidade do material recebido.
- 98.** O recebimento será formalizado mediante recibo expedido pela Administração.
- 99.** A Administração rejeitará os bens fornecidos em desacordo com o edital e seus anexos, através de termo circunstanciado, no qual deverá constar o motivo da não aceitação do objeto.
- 100.** Os bens que não atenderem às especificações deverão ser substituídos pelo contratado no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis sob pena de aplicação das sanções previstas no edital e seus anexos.

SEÇÃO XXVIII – DA RESPONSABILIDADE DO CONTRATADO

- 101.** O contratado é responsável pelos danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.
- 102.** O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do contratado pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

SEÇÃO XXIX – DA GARANTIA DO PRODUTO

- 103.** O produto deverá possuir prazo de garantia de 1 (um) ano.
- 104.** Durante o prazo de garantia, o contratado obriga-se a substituir ou reparar, às suas expensas, qualquer produto que apresente defeito que não seja decorrente do desgaste natural ou do incorreto manuseio do produto.
- 105.** Incumbe ao contratado o ônus da prova da origem do defeito.

SEÇÃO XXX - DO PAGAMENTO

- 106.** O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados da apresentação da fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pelo contratado.
- 106.1.** Os pagamentos decorrentes de contratos cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei nº 8.666/93 serão efetuados em até 05 (cinco) dias úteis, contados da apresentação da fatura.
- 106.2.** É vedada expressamente a realização de cobrança de forma diversa da estipulada neste Edital, em especial a cobrança bancária, mediante boleto ou mesmo o protesto de título, sob pena de aplicação das sanções previstas no edital e indenização pelos danos decorrentes.
- 107.** O pagamento será precedido de consulta ao SICAF, para comprovação de cumprimento dos requisitos de habilitação estabelecidos neste edital.
- 107.1.** Na hipótese de irregularidade no registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 3 (três) dias úteis sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e seus anexos e rescisão do contrato.
- 108.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 109.** Sobre o valor devido ao contratado, a Administração efetuará a retenção do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o

Pregão Eletrônico Nº 026/2013 – Aquisição de componentes eletrônicos

Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Contribuição para o PIS/Pasep, conforme disposto na Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 1.234/12.

- 110.** O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação por meio de documento oficial de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 111.** A Administração deduzirá do montante a ser pago os valores correspondentes às multas e/ou indenizações devidas pelo contratado.
- 112.** O desconto de qualquer valor no pagamento devido ao contratado será precedido de processo administrativo em que será garantido à empresa o contraditório e a ampla defesa, com os recursos e meios que lhes são inerentes.
- 113.** É vedado ao contratado transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes do contrato.
- 114.** Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de compensação financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I=(TX/100)/365$$

EM = I x N x VP, onde:

I = Índice de compensação financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

SEÇÃO XXXI - DAS SANÇÕES

- 115.** O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado às seguintes penalidades:
- 115.1.** Advertência por escrito;
- 115.2.** Multa de mora de 0,3 % (três décimos por cento) sobre o valor do contrato por dia de atraso, até o limite de 30 dias, após o qual será caracterizada a inexecução total do contrato;
- 115.3.** Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato;
- 115.4.** Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- 115.5.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo de 02 (dois) anos.
- 116.** A inexecução total ou parcial do contrato sujeitará o contratado às seguintes penalidades:
- 116.1.** Advertência por escrito;
- 116.2.** Em caso de inexecução parcial, multa compensatória de (estabelecer percentual) sobre o valor do contrato por ocorrência, até o limite de (estabelecer percentual);
- 116.3.** Em caso de inexecução total, multa compensatória de (estabelecer percentual) sobre o valor do contrato;
- 116.4.** Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- 116.5.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o

Pregão Eletrônico Nº 026/2013 – Aquisição de componentes eletrônicos
contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de 02 (dois) anos.

117. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União e, será descredenciado no SICAF pelo

prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo da aplicação de multa em percentual equivalente à multa prevista para inexecução total do contrato e das demais cominações legais.

118. As sanções de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos por esta Lei:

118.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

118.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

118.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

119. As penalidades serão aplicadas após regular processo administrativo, em que seja assegurado ao licitante o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos que lhes são inerentes.

120. A multa será descontada da garantia do contrato e de pagamentos eventualmente devidos pela Administração.

121. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública é de competência exclusiva do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação- MCTI. As demais sanções são de competência exclusiva Diretor do Laboratório Nacional de Astrofísica.

SEÇÃO XXXII - DA RESCISÃO DO CONTRATO

122. Constituem motivo para rescisão do contrato:

122.1. O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

122.2. O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

122.3. A lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão do fornecimento, nos prazos estipulados;

122.4. O atraso injustificado no início do fornecimento;

122.5. A paralisação do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

122.6. A subcontratação total do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas neste edital e no contrato;

122.7. A subcontratação parcial do seu objeto, sem que haja prévia aquiescência da Administração, e autorização expressa no Edital ou contrato;

122.8. O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

122.9. O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 da Lei nº 8.666/93;

122.10. A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

122.11. A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

Pregão Eletrônico Nº 026/2013 – Aquisição de componentes eletrônicos

- 122.12.** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;
- 122.13.** Razões de interesse público de alta relevância e de amplo conhecimento justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;
- 122.14.** A supressão, por parte da Administração, das compras, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93;
- 122.15.** A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
- 122.16.** O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes do fornecimento, ou parcelas destes, já recebidas, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
- 122.17.** A não liberação, por parte da Administração, de área, local ou objeto para execução do fornecimento, nos prazos contratuais;
- 122.18.** A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;
- 122.19.** Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.
- 123.** A rescisão, devidamente motivada nos autos, será precedida de procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

SEÇÃO XXXIII - DA REVOGAÇÃO DO PROCEDIMENTO

- 124.** A Administração poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.
- 125.** A revogação será precedida de procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e formalizada mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

SEÇÃO XXXIV – DA ANULAÇÃO DO PROCEDIMENTO

- 126.** A Administração, de ofício ou por provocação de terceiros, deverá anular o procedimento quando eivado de vício insanável.
- 127.** A anulação será precedida de procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e formalizada mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.
- 128.** A nulidade do procedimento de licitação não gera obrigação de indenizar pela Administração.
- 129.** A declaração de nulidade de algum ato do procedimento somente resultará na nulidade dos atos que diretamente dependam ou sejam consequência do ato anulado.
- 130.** Quando da declaração de nulidade de algum ato do procedimento, a autoridade competente indicará expressamente os atos a que ela se estende.
- 131.** A nulidade do contrato administrativo opera efeitos retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que o contrato, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.
- 131.1.** A nulidade do contrato não exonera a Administração do dever de indenizar o contratado pelo que este houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos regularmente

Pregão Eletrônico Nº 026/2013 – Aquisição de componentes eletrônicos
comprovados, contanto que não lhe seja imputável, promovendo-se a responsabilidade de quem
lhe deu causa.

132. Nenhum ato será declarado nulo se do defeito não resultar prejuízo ao interesse público ou aos demais interessados.

SEÇÃO XXXV- DO FORO

133. O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o de Belo Horizonte, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

SEÇÃO XXXVI - DISPOSIÇÕES FINAIS

134. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

135. As normas que disciplinam este Pregão Eletrônico serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança da futura aquisição.

136. É facultada ao Pregoeiro ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, inclusive fixando prazo para resposta dos licitantes quando lhes for solicitada qualquer informação ou documento, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar do processo desde a realização da Sessão Pública.

137. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

138. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias de expediente no Laboratório Nacional de Astrofísica.

SEÇÃO XXXVII- DOS ANEXOS

139. Constituem anexos do presente Edital, dele fazendo parte integrante:

158.1 Anexo I – Termo de Referência;

158.2 Anexo II– Modelo de Declaração Relativa a Proibição do Trabalho do Menor (Lei 9.854/1999);

158.3 Anexo III – Modelo de Autorização de Fornecimento (AF);

Pregão Eletrônico Nº 026/2013 – Aquisição de componentes eletrônicos
ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1) - OBJETO

- 1.1 Aquisição de componentes eletrônicos que são essenciais para a montagem das placas que são utilizadas nos telescópios.
1.2 No caso de haver dúvidas quanto à especificação, entrar em contato diretamente pelo telefone (35) 3621-2121 ou email: saulo@lna.br

2) - JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

- 2.1 Os componentes eletrônicos serão utilizados na montagem dos controladores dos telescópios instalados no Observatório do Pico dos Dias-OPD .
2.2 Esses controladores são padrão para todas as aplicações de controle e automação dos telescópios e seus periféricos.OPD – Observatório do Pico dos Dias devendo ser entregues em uma única vez.
2.3 Os itens serão agrupados por lotes devido as seguintes justificativas técnicas: a) natureza semelhante dos itens ; b) estimular a oferta de menores preços pelo fato de se poder reduzir o frete do contratado; c) facilitação do gerenciamento das aquisições
2.4 Quaisquer dúvida quanto as especificações, entrar em contato com o Saulo, através de email saulo@lna.br ou pelo telefone 035-3621-2121.

3) – ITEM/DESCRIÇÃO / QUANTITATIVO/VALOR TOTAL

Item	Descrição	QTD	Valor estimado em R\$
1	CAPACITOR TÂNTALO 1mF	90	92,40
2	CAPACITOR TÂNTALO 2,2mF	15	19,50
3	CAPACITOR TÂNTALO 10mF	15	49,50
4	CAPACITOR 0.1mF	45	46,65
5	CAPACITOR POLARIZADO SMD 1206 1UF	60	34,40
6	CAPACITOR SMD 0805 0.1uF	45	15,00
Lote 1			Total R\$257,45

Item	Descrição	QTD	Valor estimado em R\$
------	-----------	-----	-----------------------

Pregão Eletrônico Nº 026/2013 – Aquisição de componentes eletrônicos

7	DIODO 1N4148	60	8,60
8	ZENER 400mW 15V	15	5,00
Lote 2		Total R\$13,60	

Item	Descrição	QTD	Valor total em R\$
9	RELE WJ104	15	106,90
Lote 3			

Item	Descrição	QTD	Valor estimado em R\$
10	CONECTOR IDC 2X32 MACHO 90 GRAUS COM TRAVA	15	99,00
11	CONECTOR IDC 2X8 MACHO P/ SOLDAGEM EM PCI	30	20,70
12	CONECTOR IDC 2X10 MACHO P/ SOLDAGEM EM PCI	15	10,35
13	CONECTOR IDC 2X13 MACHO P/ SOLDAGEM EM PCI	15	11,80
14	CONECTOR MIDC 2X8 FÊMEA COM CONECTOR P/ PINO MOLA	30	72,90
15	CONECTOR IDC 2X10 FÊMEA COM CONECTOR P/ PINO MOLA	15	46,80
16	CONECTOR IDC 2X13 FÊMEA COM CONECTOR P/ PINO MOLA	15	49,50
17	CONECTOR IDC 1x4 MACHO PASSO 2MM	15	20,35
18	CONECTOR IDC 1x4 MACHO	15	21,45
19	CONECTOR IDC 2x5 MACHO P/ SOLDAGEM EM PCI	15	5,35
20	CONECTOR IDC 2x20 MACHO P/ SOLDAGEM EM PCI	15	14,45

Pregão Eletrônico Nº 026/2013 – Aquisição de componentes eletrônicos

21	CONECTOR IDC 2x5 FÊMEA COM CONECTOR P/ PINO MOLA	15	33,95
22	CONECTOR IDC 2x20 FÊMEA COM CONECTOR P/ PINO MOLA	15	81,40
23	CONECTOR IDC 2x32 FEMEA	15	50,75
24	CONECTOR DB9 MACHO PINO DOURADO	50	65,50
25	CONECTOR DB9 FÊMEA PINO DOURADO	50	65,50
26	CONECTOR P4 MACHO COM BORNE	30	146,60
27	CONECTOR P4 FÊMEA COM BORNE	30	100,10
28	CONECTOR BNC COM BORNE	30	148,40
29	CONECTOR P4 MACHO	30	25,10
30	CONECTOR RJ45	100	35,67
31	CONECTOR P4 FÊMEA PARA FIXAÇÃO EM PLACAS	20	14,33
32	CONECTOR P4 FÊMEA PARA FIXAÇÃO EM PLACAS	20	15,53
33	CONJUNTO CONECTOR MACHO FEMEA 6 PINOS C/ PARAFUSO NA COR VERDE	20	235,93
34	CONJUNTO CONECTOR MACHO FEMEA 10 PINOS C/ PARAFUSO NA COR VERDE	20	255,07
35	EMENDA FÊMEA RJ45	40	95,33
36	CAPA CONECTOR RJ45	200	71,33
37	CAPA METALIZADA PARAFUSO LONGO CONECTOR DB25	20	250,27
38	CAPA METALIZADA PARAFUSO LONGO CONECTOR DB9	50	333,67
39	CAPA METALIZADA PARAFUSO LONGO CONECTOR DB15	20	193,07

Pregão Eletrônico Nº 026/2013 – Aquisição de componentes eletrônicos

40	CAPA CONECTOR DB9 PARAFUSO LONGO	20	35,80
Lote 4			TOTAL R\$2.625,95

Item	Descrição	QTD	Valor Total
41	TRANSISTOR BC337 TO-92	15	4,10
42	TRANSISTOR EFEITO HALL A1101EUA-T (3 PIN SIP)	50	566,17
43	TRANSISTOR (FET) K4100 OU EQUIVALENTE SSS7N60B	5	98,32
Lote 5			Total R\$668,58

Item	Descrição	QTD	Valor estimado em R\$
44	TRIMPOT 20V 10K	30	46,90
45	RESISTOR 300 470R	105	4,90
46	RESISTOR 300 1,2K	105	4,90
47	RESISTOR 300 12K	45	2,10
48	RESISTOR 300 1,8K	30	1,40
49	RESISTOR SIP 46 R4Y472J 470R	60	261,20
50	RESISTOR SIP 46 1K	15	62,60
51	RESISTOR SMD 0805 1K	60	3,60
Lote 6			Total R\$387,60

Pregão Eletrônico Nº 026/2013 – Aquisição de componentes eletrônicos

Item	Descrição	QTD	Valor estimado em R\$
52	CI TLP521-4	75	729,25
53	CI LM293	15	72,95
54	CI MAX232	15	32,50
55	CI AQW210EH	60	3024,40
56	CI HCPL2630	30	958,80
57	CI PCA9555 CASE SO-G24 30 R	30	786,50
58	CI (PWM) LAF 0001 ou Equivalente FAN7601	5	43,48
59	CI ULN 2003A	20	26,93
60	CI MAX490	30	250,30
61	CI ATMEGA8(L) Soquete 28P3	10	110,80
62	Microcontrolador C8051F340 TQFP48	15	965,25
Lote 7			Total R\$7.001,17

Item	Descrição	QTD	Valor estimado em R\$
63	SOQUETE 8 PINOS REDONDOS	180	225,60
64	SOQUETE 16 PINOS REDONDOS	120	200,00
65	SOQUETE 24 PINOS REDONDOS SLIM	15	49,20
Lote 8			474,80

Pregão Eletrônico Nº 026/2013 – Aquisição de componentes eletrônicos

66	CHAVE TACTIL 4P	15	4,65
67	CHAVE LIGA DESLIGA PEQUENA 0 e 1	20	19,07
68	CHAVE LIGA DESLIGA GRANDE 0 e 1	10	22,63
69	Chave Elétrica de Embutir 1x6A Alavanca Vermelha	20	205,00
70	Chave Elétrica de Embutir 2x6A Alavanca Vermelha	15	357,50
Lote 9			TOTAL 608,85

Lote 10			
Item	Descrição	QTD	Valor total em R\$
71	JUMPER 2 PINOS	30	5,00

Lote 11			
Item	Descrição	QTD	Valor total em R\$
72	Transformador de alta voltagem EEL-22D	2	104,15

Lote 12			
Item	Descrição	QTD	Valor total em R\$
73	Fita LED 19,2W por metro/Bobina com 5m/Alimentação 12Vdc/Cor Branca	3	729,30

Pregão Eletrônico Nº 026/2013 – Aquisição de componentes eletrônicos

Item	Descrição	QTD	Valor Total R\$
74	FONTE CHAVEADA DC 5V/2A (2P + T) CABO DE 1,5m/COM CONECTOR P4	20	638,73
75	FONTE CHAVEADA DC 12V/1A (2P + T) CABO DE 1,5m/COM CONECTOR P4	20	574,40
76	FONTE CHAVEADA DC 12V/2A (2P + T) CABO DE 1,5m/COM CONECTOR P4	10	386,10
77	FONTE CHAVEADA DC 24V/1A (2P + T) 24V/1A CABO DE 1,5m/COM CONECTOR P4	20	896,60
78	FONTE CHAVEADA 12V/6A 3	3	755,75
79	FONTE CHAVEADA 12V/7,2A	3	911,63
80	FONTE CHAVEADA 24V/6A	3	990,28
81	FONTE CHAVEADA DC 24V/3A (2P + T) 24V/1A CABO DE 1,5M/ COM CONECTOR P4	5	291,97
Lote 13			5445,46

Item	Descrição	QTD	Valor Total R\$
82	SUPORTE PARA 2 BATERIAS AA 10 R	10	58,40
83	SUPORTE PARA 4 BATERIAS AA	10	69,13
84	BATERIA RECARREGAVEL 8,4V 170mAh	3	186,61
Lote 14			314,14

Pregão Eletrônico Nº 026/2013 – Aquisição de componentes eletrônicos

Lote 15			
Item	Descrição	QTD	Valor Total R\$
85	Alicate Descascador para Cabo Coaxial	2	61,97

Item	Descrição	QTD	Valor Total R\$
86	MOTOR DE PASSO TAMANHO 14 (35mm , 1,8° , 0,58kgf) COM ENCODER	5	2041,50
87	KIT MOTOR DE PASSO + Drive p/ Arduino	5	250,25
Lote 16			2291,75

Lote 17			
Item	Descrição	QTD	Valor Total R\$
88	Kit Arduino Uno R3 + Shield Lcd 16x2 Com Teclado	4	549,59

Item	Descrição	QTD	Valor Total R\$
------	-----------	-----	-----------------

Pregão Eletrônico Nº 026/2013 – Aquisição de componentes eletrônicos

89	Cabo Conversor USB-SERIAL COM INTERFACE USB 1.1/2.0 - TIPO A, RS232 (9 PINOS) MACHO, COMPRIMENTO DO CABO : 0,60cm COM BLINDAGEM, TAXA DE TRANSMISSÃO DE NO MINIMO 500KBPS, COM DETECÇÃO DE CONDIÇÃO USB SUSPEND, SUPORTA ALIMENTAÇÃO BUS-POWER, SEM NECESSIDADE DE ALIMENTAÇÃO EXTERNA, POSSUE SINAIS DE CONTROLE RS232 PLENO TxD, RxD, RTS, CTS, DSR, DTR, DCD, RI, GND. COMPATIVEL COM TODOS OS SISTEMAS OPERACIONAIS. SIMILAR OU SUPERIOR AO MODELO TUS9 DA TRENDNET	20	1477,67
Lote 18			

3.1 Valor estimado para aquisição dos Componentes Eletrônicos é de R\$ 23.123,93 (vinte e três mil cento e vinte e três reais e noventa e sete centavos) .

4) - CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

4.1 O material apresentado neste termo de Referência deverá ser novo.

4.2 Os materiais, não atendendo a estas condições, serão imediatamente devolvidos pelo LNA ao fornecedor para substituição no prazo máximo de 05(cinco) dias úteis a contar do comunicado do LNA à contratada.

4.3 Na hipótese de constatação de material em desacordo com as condições estipuladas serão aplicadas as penalidades contratuais cabíveis à **CONTRATADA**, cabendo ainda ao LNA, o direito de mover ação judicial, responsabilizando-a civilmente por eventuais danos ou prejuízos que o fornecimento e uso destes produtos inadequados possam causar ao LNA.

4.4 A Estação repetidora deverá ser entregue programada na frequência utilizada pelo LNA – Laboratório Nacional de Astrofísica.

5) – PAGAMENTO

5.1 O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados da apresentação da fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pelo contratado.

5.2 Os pagamentos decorrentes de contratos cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei nº 8.666/93 serão efetuados em até 05 (cinco) dias úteis, contados da apresentação da fatura.

5.3 É vedada expressamente a realização de cobrança de forma diversa da estipulada neste Edital, em especial a cobrança bancária, mediante boleto ou mesmo o protesto de título, sob pena de aplicação das sanções previstas no edital e indenização pelos danos decorrentes.

5.4 O pagamento será precedido de consulta ao SICAF, para comprovação de cumprimento dos requisitos de habilitação estabelecidos neste edital.

5.5 Na hipótese de irregularidade no registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até três dias úteis sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e seus anexos e rescisão do contrato.

Pregão Eletrônico Nº 026/2013 – Aquisição de componentes eletrônicos

6.6 É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto do contrato.

5.7 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante.

5.8 Sobre o valor devido ao contratado, a Administração efetuará a retenção do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Contribuição para o PIS/Pasep, conforme disposto na Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 1.234/2012.

5.9 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação por meio de documento oficial de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

5.10 A Administração deduzirá do montante a ser pago os valores correspondentes às multas e/ou indenizações devidas pelo contratado.

5.11 O desconto de qualquer valor no pagamento devido ao contratado será precedido de processo administrativo em que será garantido à empresa o contraditório e a ampla defesa, com os recursos e meios que lhes são inerentes.

5.12 É vedado ao contratado transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes do contrato.

5.13 Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de compensação financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I=(TX/100)/365$$

EM = I x N x VP, onde:

I = Índice de compensação financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

6) - OBRIGAÇÕES DO LICITANTE VENCEDOR

6.1 O contratado obriga-se a:

6.1.1 Entregar o objeto no tempo, lugar e forma estabelecidos no contrato.

7) - DAS OBRIGAÇÕES DO LABORATÓRIO NACIONAL DE ASTROFÍSICA – LNA

7.1 O Laboratório Nacional de Astrofísica obriga-se a:

7.1.1 Efetuar o pagamento no tempo, lugar e forma estabelecidos no contrato.

8) - CRITÉRIO DE JULGAMENTO

8.1 Para julgamento e classificação das propostas será adotado o critério de **menor preço**.



27/30
Ministério da
Ciência, Tecnologia
e Inovação



Pregão Eletrônico Nº 026/2013 – Aquisição de componentes eletrônicos

9) - PRAZO DE ENTREGA

9.1 Prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Autorização de Fornecimento.

10) – SANÇÕES

10.1 Conforme seção XXXI do edital.

11) - LOCAL DE ENTREGA

11.1 Ed. Sede do LNA sito à Rua Estados Unidos, 154 – Bairro das Nações – Itajubá – MG. Eventuais despesas de frete correm por conta do fornecedor.

Requisitante

ANEXO II
DECLARAÇÃO



28/30
Ministério da
Ciência, Tecnologia
e Inovação



Pregão Eletrônico Nº 026/2013 – Aquisição de componentes eletrônicos

A empresa, inscrita no CNPJ nº, DECLARA, em atendimento ao previsto no edital de **Pregão Eletrônico nº 026/2013**, que não possui em seu quadro de pessoal empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, nos termos do Inciso XXXIII, do Art. 7º, da Constituição Federal.

Declara possuir menores a partir de 14 anos como aprendizes?

Sim

Não


Local e data

Assinatura e carimbo

(representante legal)

Pregão Eletrônico Nº 026/2013 – Aquisição de componentes eletrônicos

ANEXO III AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO

	LNA - LABORATÓRIO NACIONAL DE ASTROFÍSICA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO - AF	ENQUAD. LEI 8.666/93	PROCESSO	AF nº	
CONTRATANTE	ENDEREÇO	TELEFONE	CNPJ		
MCT - LABORATÓRIO NACIONAL DE ASTROFÍSICA	RUA ESTADOS UNIDOS, 154 - ITAJUBÁ / MG	0 XX (35)3629-8100	04.052.955/0001-43		
CONTRATADO	ENDEREÇO	CNPJ			
CIDADE	TELEFONE	BANCO/AGÊNCIA	CONTA CORRENTE	PRAÇAUF	
NATUREZA DA DESPESA	FONTE DE RECURSO	TIPO DO EMPENHO	NÚMERO DO EMPENHO	ORIGEM DOS ITENS	
PRazo DE ENTREGA/EXECUÇÃO	CONDIÇÕES DE PAGAMENTO		DATA PROVÁVEL PARA PAGAMENTO		
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTDE.	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
ÁREA DE COMPRAS		DE ACORDO (FORNECEDOR)		SUBTOTAL	
				TOTAL	

LNA-026/07

**Pregão Eletrônico Nº 026/2013 – Aquisição de componentes eletrônicos
VERSO DA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO**

(continuação do ANEXO III)

01) Esta Autorização de Fornecimento (AF) é parte integrante do Edital do Pregão Eletrônico nº 026/2013 - LNA e seus anexos, independente de transcrição, sendo que desta AF também faz parte:

- a) A proposta apresentada pela CONTRATADA, datada de xx/xx/2013.
- 02) A legislação aplicável a este contrato, bem como aos casos omissos, é a Lei 8.666/1993.
- 03) As Sanções cabíveis são aquelas previstas no SESSÃO XXXI do Edital.
- 04) As penalidades serão aplicadas após regular processo administrativo, em que seja assegurado ao licitante o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos que lhes são inerentes.
- 05) Os motivos e condições para a rescisão se darão conforme o previsto no SESSÃO XXXII do Edital.
- 06) O recebimento provisório e definitivo se dará conforme o previsto no SESSÃO XXVII do Edital.
- 07) O pagamento será efetuado conforme as condições previstas no SESSÃO XXX do Edital.
- 08) É vedada expressamente a realização de cobrança de forma diversa da estipulada neste Edital, em especial a cobrança bancária, mediante boleto ou mesmo o protesto de título, sob pena de aplicação das sanções previstas neste instrumento e indenização pelos danos decorrentes.
- 09) Um servidor será o responsável pela fiscalização do cumprimento deste contrato, devendo:
 - a) acompanhar a execução desta Autorização de Fornecimento em todos os seus termos e condições;
 - b) conferir os serviços e atestar os documentos fiscais emitidos pela CONTRATADA;
 - c) providenciar, junto a CONTRATADA, a correção das irregularidades verificadas na execução deste contrato, adotando as providências necessárias.
- 10) A CONTRATADA obriga-se a cumprir o previsto na SESSÃO XXIV do Edital;
- 11) O prazo de entrega será de 30 (trinta) dias contados (a) da assinatura da autorização de fornecimento.
- 12) Os bens deverão ser entregues no Laboratório Nacional de Astrofísica- LNA situada a Rua Estados Unidos, nº 154 Bairro das Nações, Itajubá/MG. CEP: 37504-364 no período as 09h as 11h e 13h as 16h.
- 13) O material deverá ser entregue acondicionado adequadamente e acompanhado da nota fiscal correspondente, devidamente preenchida.
- 14) O presente Contrato terá vigência de até 65 (sessenta e cinco) dias, a contar da data de assinatura/recebimento da Autorização de Fornecimento (AF) (enviada por Correio através de Aviso de Recebimento – AR).
- 15) O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o de Belo Horizonte/MG, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CONTRATANTE

CONTRATADA

Data __/__/__ _____

Data: __/__/__ _____